

ÍNDICE

PREFÁCIO	7
LISTA DE ABREVIATURAS E/OU SIGLAS	9
INTRODUÇÃO	11
1. Apresentação e justificação do tema	11
2. Estrutura e metodologia adotada	12
CAPÍTULO I – ESTATUTO DE RESIDENTE FISCAL	15
1. Conceito de residência civil	15
2. Conceito de residência fiscal	16
2.1. Critérios aferidores de residência fiscal	20
A) O critério da permanência (ou temporal)	21
B) Critério da habitação	21
C) Deslocação de residência para paraísos fiscais	22
D) A residência fiscal parcial	23
2.2. Tributação mundial vs. tributação pela fonte	28
2.3. A questão dos residentes não habituais: breves alusões	31
3. Rendimentos considerados obtidos em território português	34
CAPÍTULO II – O PRINCÍPIO DA IGUALDADE FISCAL E DA NÃO-DISCRIMINAÇÃO	37
4. A Constituição da República Portuguesa enquanto fonte de direito fiscal	37

5.	O direito europeu enquanto fonte de direito fiscal	38
6.	Os princípios formais e materiais da tributação	40
7.	O princípio da igualdade fiscal	44
8.	O princípio da não-discriminação	46
CAPÍTULO III – REGIMES DISCRIMINATÓRIOS DE TRIBUTAÇÃO DE NÃO RESIDENTES		49
9.	Regimes de discriminação positiva	49
9.1.	Programa regressar	49
9.2.	Regime dos residentes não habituais	56
9.2.1.	Criação e evolução do RNH	56
9.2.2.	O fim do RNH e regime transitório	71
9.3.	Incentivo fiscal à investigação científica e inovação	73
10.	Regimes de discriminação negativa	78
10.1.	Tributação de mais-valias imobiliárias de não residentes	78
10.2.	Tributação de mais-valias mobiliárias de não residentes	95
10.3.	Tributação de rendimentos prediais de não residentes (direito de opção pelo englobamento)	104
10.4.	Tributação das manifestações de fortuna dos não residentes	111
CAPÍTULO IV – MEIOS DE REAÇÃO		117
11.	Administrativos	117
11.1.	Pedido de revisão de ato tributário	119
11.2.	Reclamação graciosa	121
11.3.	Recurso hierárquico	123
12.	Judiciais	124
12.1.	Impugnação judicial	124
12.2.	Pedido arbitral	126
12.3.	Reenvio prejudicial	129
13.	Procedimento amigável	130
CAPÍTULO V – CONCLUSÕES FINAIS		135
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS		145
Bibliografia		145
Jurisprudência		146
Doutrina Administrativa		147